

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS.

VALMIR GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, lanterneiro, inscrito no CPF nº 705.124.554-65 e no RG nº 36589527 SSP/AL, nascido aos 28/02/1972, residente na Rua C 15, nº 40, Benedito Bentes, Maceió/ AL, CEP: 57.084-663, por meio do advogado digitalmente assinado, com endereço físico indicado no rodapé e endereço eletrônico previamente cadastrado no Sistema E-SAJ, com procuração anexa, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 3º e no art. 5º da Lei nº 6.194/1974, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com filial na Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 536 – Jatiúca, Maceió/AL, CEP: 57036-000, pelos fundamentos de fato e direito a seguir indicados:

1. Da gratuidade judicial

A parte autora não tem condições de arcar com as despesas do processo, uma vez que são insuficientes seus recursos financeiros para pagar todas as despesas processuais.

Destarte, a parte autora formula pleito de gratuidade da justiça, o que faz por declaração de seu patrono, sob a égide do art. 99, § 4º c/c 105, *in fine*, ambos do CPC, quando tal prerrogativa se encontra inserta no instrumento procuratório acostado.

2. Dos fatos

O autor estava como passageiro em um MotoTáxi, trafegando pela Avenida Pierre Chalita em sentido a Jacarecica, quando um veículo efetuou uma conversão inadequada, gerando assim o acidente automobilístico. Conforme registrado no Boletim de Ocorrência em anexo. O referido acidente ocorreu em 29 de março de 2018.

O autor foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros Militar e encaminhado ao Hospital Geral do Estado em Maceió/AL, conforme declaração e relatórios em anexo.

Conforme descrito no relatório médico do HGE, o autor sofreu fraturas do rádio e ulna, ambos ossos do antebraço direito. Verifica-se nos atestados médicos a informação de que se tratou de uma “fratura grave do rádio distal direito”, com “limitação de mobilidade” e “sequela definitiva”, permanecendo atualmente com **PERDA DA MOBILIDADE DO BRAÇO DIREITO**.

Conforme previsto em lei, a perda de um dos membros superiores deve ter realizado o pagamento do valor de R\$ 9.450,00, equivalente a 70% do teto do seguro.

No entanto, em razão da burocracia indevida exigida para fins de pagamento do Seguro DPVAT pela via administrativa, cuja documentação exigida não dispõe a parte autora, é que requer a tutela jurisdicional do Estado, uma vez que há lesão no braço direito, que apresenta nexo de causalidade com acidente de trânsito, de modo que a parte autora tem direito a indenização do Seguro DPVAT.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

3. Do direito

a. Breve histórico do Seguro DPVAT

De início, convém destacar a natureza do seguro DPVAT, que figura como seguro de relevante função social e alimentar, não se confundindo com os seguros de responsabilidade civil, uma vez que visa assegurar pessoas indeterminadas, fundando-se nos riscos criados pela circulação dos veículos automotores, com o intuito de garantir indenização às vítimas de acidente em que se envolvam veículos dessa natureza, independentemente de perquirição acerca da culpa.

Nesse ponto, o proprietário de veículo automotor, ao revés do que ocorre nos seguros de responsabilidade civil, não é o segurado, mas mero estipulante em favor de terceiro, consistindo o Seguro DPVAT em obrigação legal, como um seguro de responsabilidade social, criado por lei, com o fim de cobrir os riscos da circulação dos veículos automotores.

Esse entendimento pode ser alcançado da análise histórica do Seguro DPVAT, que foi instituído pelo Decreto-Lei nº 73/1966, que naquele momento prescrevia como obrigatório (art. 20) o seguro de “responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestres, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e dos transportadores”.

Tal artigo foi regulamentado pelo Dec. nº 814/69, que previa em seu art. 5º, garantias contra os danos decorrentes de “responsabilidade civil” dos proprietários de veículos automotores, então chamado RECOVAT, erroneamente vinculado à Teoria da Culpa, e por consequência lógica, à responsabilidade civil.

Apenas em 1974, com a edição da Lei nº 6.194/74, que atualmente disciplina a matéria, é que se criou lei específica para regular a indenização do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, às pessoas transportadas ou não (atual DPVAT), cuja redação foi alterada pelas Leis nº 8.374/91 e 8.441/92, as quais determinaram que todos os proprietários de veículos devem contratar compulsoriamente, “em função da sua simples existência ou utilização, com a finalidade de amparar os familiares das vítimas fatais e as vítimas de invalidez permanente de acidente de trânsito em todo o território nacional”, sem que se importe acerca de culpa, passando-se a adotar a responsabilidade objetiva, no intuito de garantir uma reparação mínima, sem maiores discussões, sendo fixada a indenização em salários mínimos, a qual veio a ser ilegal e inconstitucionalmente modificada em 2006, e posteriormente diminuída, também à margem da Constituição e da legislação complementar, em 2008, em detrimento de dispositivos constitucionais aplicáveis à matéria, e sobre os quais se tratará mais a frente.

b. Da Legitimidade Passiva ad causam da demandada

É cediço que a seguradora demandada integra o Consórcio do Seguro DPVAT, e como tal pode ser acionada unilateralmente para fins de cobrança do referido seguro, conservando o direito de regresso em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, conforme tem entendido o Superior Tribunal de Justiça em jurisprudência pacífica há mais de dez anos:

Seguro obrigatório. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. (Recurso Especial nº. 401418/MG, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar, Decisão em 23/04/2002).

Ademais, inúmeros julgados proferidos no Estado de Alagoas têm considerado a seguradora demandada como parte legítima para figurar no polo passivo em demandas desta natureza, posição sempre mantida pelas Câmaras Cíveis e Turmas

Recursais integrantes do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que entende pela responsabilidade solidária das seguradoras consorciadas.

ACÓRDÃO Nº 2.1715/2011. EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT . ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. QUALQUER SEGURADORA QUE OPERE COM TRANSPORTE TERRESTRE É LEGITIMIDA PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DO DPVAT . PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. PROVA NEGATIVA. INCUBÊNCIA DO RÉU/APELANTE. REJEITADA. DEVIDAMENTE COMPROVADA A EXISTÊNCIA DO SINISTRO. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM A NORMA LEGAL. REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT . PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA, FALTA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADAS. NORMA VIGENTE À DATA DO SINISTRO. ACIDENTE E DANO COMPROVADOS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM REPARATÓRIO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E PROPORCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT . ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. EMENTA: DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT . ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA PELA PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. PRELIMINARES. TESE DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INCLUSÃO NO POLO PASSIVO DA SEGURADORA LÍDER. INDEFERIDA. QUALQUER SEGURADORA INTEGRANTE DO CONSÓRCIO PODE SER ACIONADA PARA PAGAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DPVAT CABÍVEL. DESNECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. PRECEDENTES. TESE REFERENTE À PRESCRIÇÃO. ACOLHIDA. SINISTRO OCORRIDO EM 19/6/1993. AÇÃO AJUIZADA EM 8/9/2009. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO DISPOSTA NO ART. 2.028 CC/02 . TRANSCURSO DE MAIS DA METADE DO PRAZO INICIAL. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ART. 206 , § 3º , IX DO CC/02 . PRESCRIÇÃO TRIENAL CARACTERIZADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJAL. Proc. nº 2011.002085-5. Relator: Des. Pedro Augusto Mendonça) (TJ-AL - APL: 04622203019298020000 AL 0462220-30.1929.8.02.0000, Relator: Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 07/12/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT . LEGITIMIDADE PASSIVA DA CIA EXCELSIOR DE SEGUROS. POSSIBILIDADE DE OPTAR POR ACIONAR A SEGURADORA QUE MELHOR CONVIR AO BENEFICIÁRIO. CARÁTER SOCIAL DO SEGURO. EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. LAUDO PERICIAL ATESTANDO QUE A LESÃO DECORREU DE ACIDENTE PESSOAL COM VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS NELE DESCRITOS. RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO NEGADO. (TJ-AL - APL: 00011849720118020058 AL 0001184-97.2011.8.02.0058, Relator: Des. Elisabeth Carvalho Nascimento, Data de Julgamento: 04/04/2018, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 05/04/2018).

c. Do interesse de agir – Via administrativa inadequada

Em momento algum a lei que rege o seguro obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo beneficiário do seguro obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível

Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

RECURSO DE APELAÇÃO – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO – DESNECESSIDADE. Nos termos da posição deste Tribunal, firmada em incidente de uniformização de jurisprudência, a ausência de comprovação do prévio requerimento administrativo não impede o ajuizamento da demanda de cobrança do seguro. Recurso provido. (TJ-MS – APL: 08143453220178120001 MS 0814345-32.207.8.12.0001, Relator: Des. Vilson Bertelli, Data de Julgamento: 27/09/2017, 2ª Câmara Cível)

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe, nesta exordial, os motivos pelos quais se fez necessário o ajuizamento da presente demanda.

d. Dos valores

Define a Lei que os pagamentos ocorrerão nas seguintes proporções:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a

indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

4. Dos pedidos

Ante o exposto, requer:

- 1) A concessão dos benefícios da gratuidade judicial, uma vez que o(a) autor(a) não tem condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do art. 98 e seguintes do Novo CPC;
- 2) A citação da demandada acerca da existência da demanda, bem como sua intimação para, apresentar a defesa que entender necessária, sob pena de ser reconhecida a revelia, aplicando-lhe a confissão quanto a matéria fática;
- 3) A produção de provas por todos os meios admitidos em Direito, inclusive a realização de perícia médica por médico ortopedista-traumatologista;
- 4) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome do advogado GUSTAVO RIBEIRO DE ALMEIDA, OAB/AL 8.783, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, § 1º do CPC;
- 5) Que a ação seja julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, nos termos acima aduzidos, para condenar a demandada ao pagamento da indenização, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), com juros deste a citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, e correção monetária desde a data do acidente, bem como a HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 20% (vinte por cento) e CUSTAS PROCESSUAIS.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 19 de março de 2019.

GUSTAVO RIBEIRO DE ALMEIDA

OAB/AL 8783

ANDERSON SOARES DA COSTA

OAB/AL 8795

RMA